

A (RE)PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO SOTEROPOLITANO NO CONTEXTO NACIONAL

MARCELO AMORIM CORREIA¹

A Cidade do Salvador da Baía de Todos os Santos, primeira capital do Brasil [...] nasceu não como produto do passado, mas como projeto de um futuro. Uma Cidade que começou a existir para que o Brasil existisse.

Risério. ; Freire. (2006, DVD)

Tendo como base a epígrafe acima, podemos afirmar que a Cidade de Salvador, capital do Estado da Bahia, foi pensada e planejada em função das necessidades do colonizador, o que não foi diferente de muitas cidades do Novo Mundo. A política inicial da urbanização brasileira teve um caráter nitidamente defensivo, caracterizado por uma estrutura apoiada pelos ciclos econômicos, semelhante à rede urbana da América Hispânica.

Segundo Faria (1976), esta rede urbana foi constituída de forma dispersa, inicialmente ao longo do litoral atlântico, onde esses ciclos contribuíram para a implantação de cidades propícias para o seu desenvolvimento. Nesse período, conhecido como o Brasil de economia primário-exportadora, várias cidades tinham a função de exportar para os centros que dominavam o comércio.

Nessa época a Cidade de Salvador, capital da colônia de 1749 a 1763, era um dos principais pólo comercial até final dos anos 90 do século XIX, “pode-se mesmo dizer que comandou a primeira rede urbana das Américas” (SANTOS, 2005, p. 19).

Passados mais de duzentos e cinquenta anos, a Cidade de Salvador tornou-se a terceira maior cidade do país em número de população, com um déficit habitacional na ordem de 460 mil domicílios, representando 60% da população e um percentual em torno de 10% de pessoas que vivem em domicílios subnormais², conforme a pesquisa avançada divulgada pela CONDER, (2000) através do Atlas de Desenvolvimento Humano da Região Metropolitana de Salvador (RMS).

¹ Aluno Especial do Doutorado em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia (UFBA), Mestre em Geografia pela UFBA, especialista em Metodologia do Ensino Superior, graduado em Geografia e Professor das Faculdades Jorge Amado, Social e do Colégio Antônio Vieira.

² De acordo com o IBGE, domicílios subnormais correspondem a um: “Conjunto constituído por um mínimo de 51 domicílios, ocupando ou tendo ocupado até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular), dispostos, em geral, de forma desordenada e densa, e carentes, em sua maioria, de serviços públicos essenciais”.

Assim o objetivo desse artigo é discorrer sobre a (re)produção do espaço urbano soteropolitano tendo como ponto de partida a evolução urbana, o problema habitacional, o planejamento urbano e a modernização do espaço municipal.

Diante desse contexto, em dois mil e três foi assinada a Carta de Compromisso das Cidades pela Regularização Fundiária e pela Governança Urbana, pelas diferentes esferas que pensam e planejam as cidades brasileiras. A municipal, a estadual, o Governo Federal e as organizações da sociedade civil (movimentos populares, instituições acadêmicas, ONGs), estas últimas, lideradas pelo Fórum Nacional de Reforma Urbana (FNRU), o Ministério das Cidades (MICI) e a Frente Nacional de Prefeitos (FNP) na Cidade do Rio de Janeiro. A referida Carta assinala as preocupações evidenciadas por Souza (2004), ao reconhecer, pelo menos, que a desatenção para com os assentamentos precários e seus habitantes faz crescer as desigualdades de acesso à cidade, à plena cidadania e à boa governança.

De acordo com os dados oficiais, esta Carta de Compromisso sintetiza um documento mais completo em processo de negociação entre os parceiros da Companhia denominado Agenda das Cidades pela Regularização Fundiária e pela Governança Urbana. Ela revela ainda que é possível renunciar à idéia centralizadora e excludente de gestão eminentemente estatal.

Nesse artigo, há uma breve discussão sobre a (re)produção do espaço soteropolitano no contexto nacional, que não tem um caráter de responder ou elucidar todos esses problemas, nem tampouco, discutir todas as prerrogativas sobre essa temática pois, conforme Maricato (2001, p. 49–50), não se pode esquecer

[...] que as respostas a esses problemas não são encontráveis em qualquer esquina e muito menos em Harvard, [...] Mesmo no Brasil, esses problemas nunca foram muito estudados e, menos ainda, enfrentados, com poucas exceções caracterizadas pela ação setorial.

A urbanização e o problema habitacional

Segundo os resultados da Sinopse Preliminar do Censo Demo 2000, a urbanização brasileira apresentou um grau semelhante aos padrões dos países europeus, da América do Norte e Japão, superior a 80,0%, fruto basicamente de três fatores: o próprio crescimento vegetativo nas áreas urbanas; a migração com destino urbano e a incorporação de áreas que em censos anteriores eram classificadas como rurais.

O próprio crescimento vegetativo nas áreas urbanas, a migração com destino urbano e a

incorporação de áreas que, em censos anteriores, eram classificadas como rurais, também foram fatores significativos para que o Estado da Bahia apresentasse um aumento no seu grau de urbanização e a sua capital se tornasse essencialmente urbana a partir de 2000 (Tabela 1).

TABELA 1 – Grau de urbanização da Bahia e de Salvador (1991/2000)

Bahia e Salvador	1991 Grau de Urbanização (%)	2000 Grau de Urbanização (%)
Bahia	59,0	67,1
Salvador	99,9	100

Fonte: IBGE. Censos Demográficos de 1991 e 2000.

(*) População urbana/População Total x 100.

Elaboração: Correia, Marcelo Amorim, 2006.

Como consequência imediata desse grau de urbanização, a maioria da população fica sem alternativas de onde e como morar, já que as cidades nem sempre possuem condições de absorver este crescente contingente populacional, o que passa a exigir do Estado, via ações de planejamento, soluções que assegurem o direito à moradia, garantindo-lhe o direito à cidade que “se afirma como um apelo, como uma exigência moderna” (LEFEBVRE, 2001, p. 116).

Para Maricato (2001), o crescimento da população urbana brasileira e o direito à moradia exigiram dos governos estudos para viabilizar o acesso à habitação. O movimento crescente dessa população exigia a criação de novos espaços e infraestrutura para o seu assentamento. De uma forma ou de outra a ocupação e apropriação do espaço ocorreram através de uma política de modernização excludente, o que contribuiu para o crescimento da cidade de forma fragmentada, mas também articulada. O processo de urbanização da Cidade de Salvador insere-se nesse contexto.

O aumento gradativo dos Movimentos dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) no Brasil, surgido no final da década de 1990, com apoio do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), através de suas ações de ocupação a prédios ou espaços abandonados (públicos ou privados) em áreas urbanas, coloca em foco o problema habitacional.

Na Cidade de Salvador, este movimento eclodiu mais recentemente em meados de 2003, quando aproximadamente, 300 famílias marcharam por mais de 28 km, saindo das proximidades do bairro Vida Nova (Km-8 da Estrada Velha do Aeroporto), em direção ao Centro da Cidade, clamando por moradia, onde organizar, ocupar e resistir são as palavras de ordem. Hoje já são mais de 20 mil famílias cadastradas, em busca de

moradia. Em 2000, o Censo-IBGE apontou que no Brasil havia 16,5 milhões de pessoas morando de favor. Na Bahia, são 118 mil famílias, das quais 7,5 mil moram em Salvador.

O problema habitacional na Cidade de Salvador foi intensificado a partir de meados da década de 1970 e se estendeu durante as décadas de 1980 e 1990. Com a implantação dos parques industriais e das grandes avenidas, a malha urbana foi ampliada em mais de três vezes. A intensidade deste crescimento promoveu a descentralização das atividades e a ocupação acelerada do solo urbano, favorecendo o surgimento de “invasões”, muitas das quais se consolidando em bairros com precária infra-estrutura urbana e de saneamento.

É importante salientar que há diferenças fundamentais entre o conceito de invasão e o de favela. Invasão está mais ligada à ocupação, enquanto favelas, tendo como base o IBGE, são aglomerados subnormais.

De acordo com o relatório “O desafio das favelas” do Programa de Assentamentos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU-Habitat) com sede em Nairóbi (Quênia), divulgado em outubro de 2003, o número de pessoas vivendo em favelas vai dobrar até 2030, chegando a dois bilhões de pessoas, em consequência da urbanização acelerada e do aumento da pobreza. Um sexto da população mundial — ou 924 milhões de pessoas — vive em favelas. Para o secretário-geral da ONU, Kofi Annan, está ocorrendo um processo chamado “urbanização da pobreza”.

Essa “urbanização da pobreza” já é uma realidade no nosso país, segundo os dados divulgados pela Pesquisa de Informações Básicas Municipais (Munic)-IBGE, em 2001, 1.269 prefeituras brasileiras (23%) declararam que havia favelas, mocambos, palafitas ou assemelhados em seu município. Porém, apenas 13% afirmaram possuir cadastro desse tipo de moradia. A pesquisa se baseou em informações repassadas pelas administrações municipais e registrou aumento de domicílios cadastrados em favelas. De 1999 para 2001, esse número passou de 921 mil para 2,36 milhões, um crescimento de 156%. O total de favelas cadastradas é de 16.433, e nelas existem 2.362.708 domicílios cadastrados. Esses domicílios, 1.654.736 (70%), estão localizados nos 32 maiores municípios do país (com mais de 500 mil habitantes).

Os pesquisadores do IBGE acreditam que o número de residências em favelas deve ser maior, porque algumas prefeituras não repassaram dados. Entre as 32 cidades com mais de 500 mil habitantes, São Luís e Manaus informaram não ter cadastros de suas favelas. O Ministro das Cidades, em 2004, ao comentar os resultados da pesquisa, salientou que

para zerar o déficit habitacional no Brasil, que hoje é de 6,6 milhões de unidades, e garantir condições dignas de moradia para todos os brasileiros, será preciso investir R\$ 13 bilhões anualmente nos próximos 20 anos. Isso representa um investimento total de R\$ 260 bilhões.

A pesquisa aponta ainda que 21,5 milhões de famílias brasileiras, das quais 500 mil estão no Estado da Bahia, vivem sem uma casa para morar ou dormindo sob um teto que mais oferece risco do que abrigo. O maior déficit habitacional do País, cerca de 94%, está concentrado entre a população com renda de até cinco salários mínimos. Por outro lado, as linhas de financiamento habitacional, no entanto, são predominantemente voltadas para atender a faixa de renda superior aos cinco salários mínimos.

Para Davis (2006, p. 39),

Os pobres urbanos têm de resolver uma equação complexa ao tentar otimizar o custo habitacional, a garantia da posse, a qualidade do abrigo, a distância do trabalho e, por vezes, a própria segurança. Para alguns, como muitos moradores de rua, a localização próxima do trabalho – digamos, em uma feira livre ou estação de trem – é ainda mais importante do que o teto. Para outros, o terreno gratuito, ou quase isso, compensa viagens épicas da periferia para o trabalho no centro. E para todos a pior situação é um local ruim e caro sem serviços públicos nem garantia de posse.

Programas e projetos para a habitação destinados à população de baixa renda.

No Brasil, a implantação de programas e projetos para a habitação destinados à população de baixa renda nasce com o populismo, onde o Estado assume uma postura ambígua entre os interesses da burguesia agrário-exportadora e os da burguesia industrial. Essa imprecisão estava configurada na necessidade de se reconhecer a questão social sem de fato oportunizar a organização dos trabalhadores.

Durante o regime militar, os dirigentes resolvem adotar um modelo diferente de política habitacional, em comparação com o populismo, quando é instituído o Plano Nacional de Habitação, que cria o Banco Nacional da Habitação (BNH), Lei n. 4.380/64, e o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERFHAU), em 1964 integrados ao Sistema Financeiro de Habitação (SFH) (MARICATO, 2001).

Esse período durou 22 anos (1964 a 1986), caracterizando-se como uma solução empresarial para resolver a questão da habitação, e durante a sua existência financiou um quarto da produção total das habitações, que, segundo Sanchs (1999, p. 112) foram “destinadas em grande parte a um público de renda elevada (por exemplo, os funcionários do Banco do Brasil)”, o que não significou a ruptura em relação às

tendências anteriores. Os dados da tabela 4 confirmam esta realidade.

TABELA 2 – Financiamento para habitação pelo SFH, segundo faixas de renda (1965-1985)

Faixa de Renda (SM)⁽¹⁾	Contingente de Famílias (%)	Volume de Financiamento (%)
< 1,5	20,0	1,3
1,5-3,5	32,0	5,0
3,5-5,0	13,0	14,1
5,0-7,0	12,0	20,4
7,0-9,0	10,0	22,3
9,0-11,0	5,0	11,9
11,0-16,5	7,0	23,2
16,5<	1,0	1,8

Fonte: MAUTNER, Y. **O processo de urbanização do Brasil**. São Paulo: EDUSP, 1999. p. 251.

(1) SM – Salário mínimo.

Percebe-se, ao se analisar os dados da tabela 4, que as famílias com renda superior a 5 salários mínimos, que representam 34% do total, receberam um volume de financiamento na ordem de 59,2%, por outro lado, as famílias com renda inferior a 5 salários mínimos, representando 55% desse universo, apenas contaram com 20,4% do volume de financiamento.

Nota-se, portanto, que a população que mais necessita de uma moradia passa a depender dos programas governamentais que estão longe de atender à grande demanda, e todos sustentados com recursos do Governo Federal, acrescidos de pequena contrapartida do governo estadual e dos municípios; não há outra solução para essa população, ao não ser empreender outros processos, como a autoconstrução e a expansão ilegal e irregular. Assim, a segregação residencial, gera uma outra cidade, diferente ao planejamento dito formal.

Em Salvador, esta situação também está estabelecida, com conseqüências danosas para as classes menos favorecidas, como denunciam Pereira e Souza (2006, p. 138).

Desde a década de 1940 que, em Salvador, o acesso à moradia da população de baixa renda esteve vinculado a processos de parcelamento improvisado e autoconstrução, envolvendo as invasões, os loteamentos clandestinos e outras formas de moradia deficientes de atributos de habitabilidade, que constituem a ocupação informal na área urbana. Informal, no sentido de que se constituíram à revelia dos parâmetros urbanísticos estabelecidos e cresceram fora das regras de segurança e conforto estabelecidos pelo poder público para edificações e parcelamento; portanto, sem controle público.

Vale ressaltar que a Habitação e Urbanização da Bahia (URBIS) (1965 – 1987) e o Instituto de Orientação às Cooperativas (INOCOOP) (1969 – 1994), durante o período de atuação, só conseguiram construir em torno de 3.069 habitações/ano, um número cerca de 3,4 inferior ao proposto. A URBIS foi criada durante o Governo Militar, em 04 de janeiro de 1965, pela Lei Estadual nº 2.114, com o principal objetivo de operacionalizar a política habitacional do Governo do Estado. Atuou na construção de conjuntos habitacionais voltados para famílias com renda de até três salários mínimos. A partir de dezembro de 1998, suas atribuições foram agregadas a CONDER, através da Lei Estadual nº 7.435.

De 1986 (fim do SFH) a 1993, a questão da habitação torna-se dispersa, caracteriza-se por iniciativas tímidas e por uma “banalização” da política habitacional (MARICATO, 1997). Com a legalização dos programas Morar Município – voltado para municípios com até 50 mil habitantes e o Habitar Brasil – voltado para municípios com população acima de 50 mil habitantes, lançados a partir de 1993, buscou-se atender essa questão através de adoção de ações integradas entre o Poder Público e a Sociedade Civil.

A Política Nacional de Saneamento, com os principais programas Pró-Saneamento, o Pró-Sanear e o Programa de Ação Social em Saneamento (PASS), bem como a Carta de Crédito e o Crédito Direto ao Consumidor, financiados pelo Governo Federal com recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), são outros exemplos de programas voltados para as populações de baixa renda (MARICATO, 2001).

No Estado da Bahia, essa política é exemplificada através dos Programas: Viver Melhor, Erradicação da doença de Chagas, Programa Habitacional do Servidor Público (PHSP) e Infra-estrutura em conjuntos habitacionais. O Quadro 1 traz uma síntese desses programas.

Quadro 1 – Programas voltados para área de habitação na Bahia (Década 1990)

Programas	Síntese
Viver Melhor	Lançado em 1995, com o objetivo de melhoria da qualidade de vida, especialmente em assentamentos subnormais e favelas. Parceria com o Governo Federal e recursos do Orçamento Geral da União (OGU) – Habitar Brasil e o Governo Estadual
Erradicação da doença	Lançado em 1998, com o objetivo de substituir as casas de barro por outras construídas em alvenaria, bem como gerar

de Chagas	recursos, fomentar o comércio, e desenvolver ações sócio-educativas.
Habitacional do Servidor Público	Lançado em 1997, com o objetivo de oferecer moradia subsidiada a servidores públicos estaduais com mais de dois anos efetivados, renda familiar de até 12 SM's e que não sejam proprietários de algum outro imóvel financiado pelo SFH.
Infra-estrutura em conjuntos habitacionais	Lançado em 1997, vinculado ao Pró-Moradia (Resolução 211/96), com o objetivo de reduzir a inadimplência, através da realização de obras de conservação e infra-estrutura, construção de equipamentos comunitários e embelezamento, como forma de valorizar esses conjuntos.

Fonte: SALVADOR, CONDER. <http://www.conder.ba.gov.br> – acesso em 15.03.2007.

Elaboração: CORREIA, Marcelo Amorim, 2007.

Apesar da intensificação dessas iniciativas pelo Poder Público em produzir moradia para a população de baixa renda, na prática isso não configurou a superação do problema habitacional, uma realidade que ainda permanece perversa e cruel, como salienta Souza (2000, p. 22):

[...] a problemática habitacional atual se pronuncia com maior gravidade ao enfocar-se a questão do ponto de vista da segregação espacial da pobreza, associada à exclusão urbanística, fenômenos que se intensificaram nas últimas décadas. Esses processos são entendidos através do intenso confinamento da população de baixa renda em áreas que crescem de forma aleatória, deficiente e desassistida, portanto à margem dos direitos urbanos e dos benefícios coletivos.

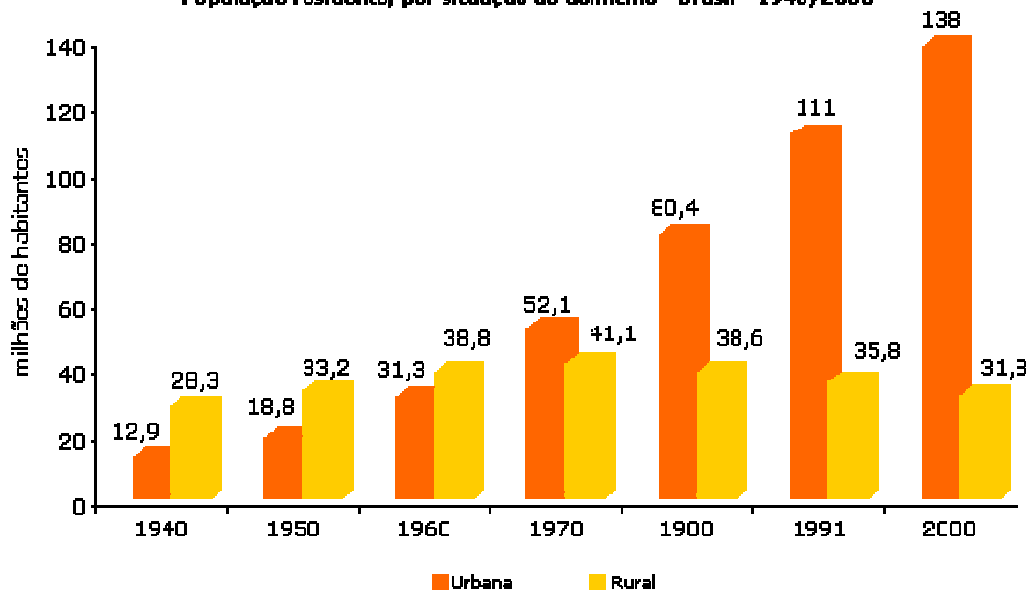
A Modernização do espaço municipal: A Reforma Urbana

Embora preconizada nos anos 60, do século XX, foi no contexto de formulação da Constituinte, em 1987, no âmbito das Diretas Já, dos movimentos populares, que a bandeira da Reforma Urbana ressurgiu.

Nesse período, o Movimento Nacional pela Reforma Urbana (MNRU) necessita confrontar-se com o desafio de garantir à sociedade o direito à cidade, a qual já se apresentava marcada pelo aumento dos problemas e dos conflitos urbanos, oriundos do acelerado crescimento da população urbana, que passa de um terço em 1950 para dois terços em 1980 e atualmente representa mais de dois terços da população total, atingindo a marca dos 138 milhões de pessoas (Gráfico 1).

GRÁFICO 1

População residente, por situação do domicílio - Brasil - 1940/2000



Fonte: Tendências Demográficas, 2000. IBGE, 2001.

Essa nova concepção de se pensar o urbano será caracterizada segundo Souza (2004, p. 158):

[...] como um conjunto articulado de políticas públicas, de caráter redistributivista e universalista, voltado para o atendimento do seguinte objetivo primário: reduzir os níveis de injustiça social no meio urbano e promover uma maior democratização do planejamento e da gestão das cidades [...]

Nessa perspectiva pode-se perceber que as questões relacionadas com a justiça social estão longe de serem elucidadas, visto que a Reforma Urbana, como foi posta em prática, passa a atender prioritariamente aos interesses dos grandes promotores imobiliários, bem como dos proprietários de terra e dos grandes empresários industriais, comerciais e de serviços, articulados com o Estado, principalmente, com a Prefeitura Municipal, criando as denominadas “redes de crescimento”.

Etapas do urbanismo moderno na Cidade de Salvador no século XX

Sampaio (1999, p. 165) aponta quatro etapas distintas do urbanismo moderno, no século XX, em Salvador e afirma que são “[...] muito bem articuladas ao processo de desenvolvimento urbano imbricado no ‘capitalismo tardio’ da Região”. Tais etapas aparecem resumidamente no quadro 5, onde são destacadas suas principais

características.

Quadro 3 – Etapas do urbanismo moderno na Cidade de Salvador no século XX

ETAPAS PERÍODOS	PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS (Continua)
<p>1^a O Sanitarismo e os "planos de melhorias". Início do século XX a 1935.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Etapa de preparação do urbanismo moderno; ✓ Inexiste uma "totalidade" urbana projetada; ✓ Predomina recorte positivista latente nos saberes de médicos e engenheiros; ✓ As práticas são inseridas na "técnica" e em geral, centradas e idealizadas a partir do sanitário; ✓ O método adotado só problematiza a cidade setorialmente; ✓ Os "planos de melhoria" designam diferentes tipos de intervenções na forma-física da cidade, onde higiene e estética, de um lado, e fluidez do tráfego de outro.
<p>2^a I Semana do Urbanismo e o EPUCS¹. De 1935 a 1952.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Proposta de urbanização com enfoque científico e organicista; ✓ Não se constitui numa ruptura radical das práticas, porém deu início a uma compreensão mais abrangente do urbano e do urbanismo moderno; ✓ Centrou-se em três pontos de mudanças: defesa do plano global para a cidade, explicitação do urbanismo como campo de conhecimento e introdução da noção de patrimônio histórico; ✓ Criação do EPUCS tendo como idéia chave o "sistema de avenidas de vale".
<p>4^a Sistema Metropolitano: EUST⁶ e PLANDURB⁷. Início: meados de 1970 até final de 1980.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Instituição da Região Metropolitana de Salvador (RMS), pela CONDER; ✓ Produção de diversos Planos Setoriais, de caráter complementar, visando estruturar o espaço produtivo e industrial – infraestrutura; ✓ Tentativa de regate da noção de planejamento instituído pelo EPUCS; ✓ Ênfase ao estudo de uso de solos e transportes; ✓ Implantação de grandes conjuntos habitacionais: Narandiba, Cajazeiras e Mussurunga; ✓ Forte atuação dos governos estadual e federal; ✓ Recorte ambientalista, sistêmico que prevê crescimento a partir da área central expandida; ✓ Intensificação da ocupação ao longo da BR-324 e da Av. Paralela.

Fonte: SAMPAIO, A. H. Lima. **Formas Urbanas:** cidade real & cidade ideal, contribuição ao estudo urbanístico de Salvador, 1999, p.

Elaboração: CORREIA, Marcelo Amorim, 2007.

¹Escritório do Plano Urbanístico da Cidade de Salvador.

²Centro Industrial de Aratu.

³Congrés Internationale de Architecture Moderne.

⁴Petróleo Brasileiro S/A.

⁵Complexo Petroquímico de Camaçari.

⁶Estudo do Uso do Solo e Transportes.

⁷Plano de Desenvolvimento Urbano.

Vale destacar, que a Cidade de Salvador começa a se modernizar tendo como principal ponto de partida a Semana do Urbanismo, ocorrida em 1935, entre 20 e 27 de fevereiro. Dentre os vários temas apresentados, o sistema de circulação viária foi um dos mais discutidos, apoiado numa previsão de crescimento populacional, que de fato ocorreu como foi salientada anteriormente. As propostas para solucionar os problemas viários foram resumidas em cinco vias básicas, denominadas de *parkways*³, que se concretizaram nas atuais “avenidas de vale” (Quadro 4).

Quadro 4 – As *parkways* – Semana do Urbanismo – Salvador/Ba (1935)

<i>Parkways</i>	Localização (Continua)
1	Saindo do Tanque da Conceição até a Retiro e daí até o Rio Vermelho, acompanhando sempre o Vale do Camurujipe e servindo de limite à Zona Urbana da Cidade. Largura média 50 m.
2	Seguindo da Baixa do Cabula até o Parque do Dique da Fonte Nova e daí ao Rio Vermelho, acompanhando o rio Lucaia.
3	Tanque do Queimado até conectar com o trecho do <i>parkway</i> entre a Baixa do Cabula e o Dique da Fonte Nova.
4	Ligando a Fonte Nova ao Parque 2 de Julho (Campo Grande).
5	Partindo da Usina de Aratu até o ponto de intersecção do rio das Pedras com estrada de rodagem e daí acompanhado o rio até sua foz, na orla atlântica, servindo de limite às Zonas Suburbanas e Rural.

Fonte: OCEPLAN* – PLANDURB. EPUCS: uma experiência de planejamento urbano. Salvador (Estudos Informativos, n. 1.), 1976.

Elaboração: CORREIA, Marcelo Amorim, 2007.

*Órgão Central de Planejamento.

Para viabilizar esse Plano, o prefeito da época, em 1948, encaminhou o Decreto-Lei n. 701 de 24 de março de 1948, que dispõe “sobre a divisão e utilização da terra na Zona Urbana da Cidade, regulando o loteamento de terrenos situados na mesma zona e dando outras providências”, para o Governador do Estado que o sancionou. O EPUCS juntamente com o Conselho de Assistência ao Plano da Cidade (CPUCS) ficaram encarregados de desenvolverem o projeto.

A rede de avenidas significou um grande passo para a ampliação na cidade de um moderno sistema de vias de circulação, atraindo a população de baixa renda e

³ Termo para designar avenidas arborizadas.

incorporando “novos espaços ao tecido urbano, aumentando o valor das áreas próximas a essas avenidas” e, por outro lado, extirpando “do tecido urbano mais valorizado um conjunto significativo de assentamentos de população pobre” (CARVALHO; PEREIRA, 2006, p. 86).

Nessa época, do planejamento modernista ou “politizado”, ligado aos interesses do capital imobiliário, é promulgada a Lei n. 2.181 que dispõe sobre a Reforma Urbana de Salvador, em 1968, com o propósito de extinguir o latifúndio improdutivo e obter recursos para obras viárias e programas habitacionais.

Na prática, a Lei da Reforma Urbana de Salvador resultou na venda de 25 milhões de metros quadrados do município, cerca de 10% da área da Cidade, pelo prefeito da época, a maioria localizada no novo eixo de expansão urbana, localizada entre a orla atlântica e a Av. Paralela e na erradicação de várias invasões populares que se encontravam nessas áreas.

A maioria dessa população que foi erradicada da orla marítima da cidade encontra-se atualmente na área conhecida como o Miolo da Cidade de Salvador, denominação oriunda dos estudos feitos pelo PLANDURB, a qual possui cerca de 115 Km de extensão, localizando-se entre a BR 324 e a Avenida Luis Viana Filho, indo da Invasão Saramandaia até o limite setentrional do Município, sendo o setor municipal que mais cresceu desde a década de 70 do século XX até os dias atuais (FERNANDES, 2004).

Esse crescimento foi e está sendo marcado por um processo de periferação socioespacial, através da ação dos agentes econômicos como também da população pobre.

Segundo Vasconcelos (2000, p. 188):

Os agentes econômicos seguem os investimentos realizados na nova área de expansão de Salvador (entre o litoral atlântico e a Av. Paralela), e iniciam a construção de grandes centros comerciais articulados à nova rede viária, acompanhados por uma série de torres de escritórios [...] Nesse período, a população pobre também aparece como agente de expansão da cidade, seja através de invasões de terrenos nas áreas possíveis (desde palafitas na baía até nas margens da avenida Paralela), seja através da auto-construção em áreas consolidadas, seja ainda na aquisição de parcelas em loteamentos precários na periferia.

Conclusão

Atualmente, a expansão urbana da Cidade de Salvador pode ser analisada através de três grandes setores, resultado das intervenções urbanísticas. O primeiro setor se concentra

entre a BR-324 e a Av. Paralela, o “Miolo”, caracterizado por uma mancha urbana de baixa renda. O segundo setor localiza-se no Subúrbio Ferroviário, caracterizado por uma mancha urbana extremamente pobre e o terceiro setor, a Orla Marítima Atlântica, onde se concentra a “área nobre”, caracterizada por investimentos em infra-estrutura, em contraposição à orla da Baía de Todos os Santos.

Percebe-se, portanto, que a modernização do espaço soteropolitano consolidou-se através de uma expansão urbana marcada por uma apropriação diferenciada, evidenciada nos seus mais diversos indicadores socioeconômicos e espaciais.

No entendimento da pesquisa, é necessário agir para que a curto e médio prazos a (re)produção do espaço ocorra sem equívocos de natureza segregacionista e possa desenvolver uma representação mais lógica e adequada às necessidades produtivas e às aspirações dos seus habitantes.

Ao longo desse processo, a Cidade tende a se firmar como lócus de análise das diferenças humanas, a partir de quatro aspectos: o econômico, o político o social e o espacial. O *econômico*, enquanto a condição de realização da produção do capital, o *político*, no tocante ao domínio do espaço e da sociedade, através da construção de normas, o *social*, que é o elemento central da (re)produção humana, e, por fim, o *espacial*, como produto da intersecção dos outros três elementos.

Nesse sentido, a (re)produção do espaço está diretamente voltada para criar possibilidades de realização da riqueza, em que o Estado assume um papel preponderante, não só quando cria a infra-estrutura necessária, mas também dando condições para a manutenção e continuidade desse processo, criando uma política de incentivos fiscais, leis de zoneamentos, subsídios, etc., como foi identificado na pesquisa.

Sendo assim, considera-se que o planejamento urbano não é um mal em si, ele necessita ser reestruturado no sentido de uma flexibilização, para que a população possa de fato ser beneficiada. Não existe, por assim dizer, uma carência de leis urbanísticas, nem tampouco de competência do Poder Público municipal para elaborá-las ou adaptá-las, segundo as conveniências de seus governados, mas de políticas urbanas mais livres e ao mesmo tempo mais firmes no intuito de devolver aos cidadãos o direito de fazer sua cidade, mais comprometida com o bem-estar das pessoas e com a preservação de tudo aquilo que lhes é caro.

O grande desafio para os novos pesquisadores é o de identificar, nos diferentes agentes que (re)produzem o espaço urbano de Salvador, em especial, o Estado, a iniciativa

privada, juntamente com os novos movimentos sociais, a possibilidade de elaboração de mecanismos de controle social, que garantam os princípios que edificam a cidade e o fenômeno urbano, vale lembrar: justiça, equidade e fortalecimento dos valores democráticos.

Ao voltar-se para os instrumentos de planejamento, os pesquisadores devem reconhecer que estes são elementos importantes para que se possa amenizar as contradições socioespaciais, sendo de fundamental importância garantir a unidade na diversidade, como meio de otimizar as ações do poder público, a valorização da iniciativa privada e a reversão da perspectiva atual de crescimento acelerado dos espaços urbanos que compõem a realidade da Cidade de Salvador.

REFERÊNCIAS

BORJA, Jordi (ed.). **Barcelona. Un modelo de transformación urbana.** Quito, Programa de Gestión Urbana/Oficina Regional para América Latina y Caribe, 1995.

BORJA, Jordi & CASTELLS, Manuel. **Local y global. La gestión de las ciudades em la era de la información.** Madrid, United Nations for Human Sttlements/Taurus/Pensamiento, 1997.

CARLOS, A. F. A. **A (Re)produção do Espaço Urbano.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

CARLOS, A. F. A. **Espaço-tempo na metrópole: a fragmentação da vida cotidiana.** São Paulo: Contexto, 2001.

CARVALHO, Inaiá M. M. de & PEREIRA, Gilberto Corsa. (orgs.) **Como anda Salvador.** Salvador: Edufba, 2006.

CHOAY, Françoise. **O urbanismo: utopias e realidades, uma antologia.** São Paulo: Perspectiva, 1979.

CONDER. **Regioes Administrativas da Cidade de Salvador.** Salvador, 2000.

FARIA, Vilmar. **O sistema urbano brasileiro: um resumo das características e tendências recentes.** In: Estudos CEBRAB. São Paulo: Edições CEBRAP/Editora Brasileira de Ciências Ltd, n. 18, Out-Nov-Dez 1976. p. 91 – 116.

FERNANDES, Rosali Braga. **Processos recentes de urbanização / segregação em Salvador: o miolo, região popular e estratégica da cidade.** Ciências Sociais (Série documental de Geo Crítica). Universidade de Barcelona. Vol. IX, nº 523, 20 de julio de 2004.

GOTTDIENER, Mark. **A produção social do espaço urbano.** São Paulo: Editora da

Universidade de São Paulo, 1997.

LEFÈBVRE, Henri. **A Revolução Urbana**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

LEFÈBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Ed. Moraes, 2001.

MARICATO, Ermínia. **Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana**. Petrópolis: Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

MARICATO, Ermínia. **As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias. Planejamento urbano no Brasil**. In: ARANTES, O. et. All (org.). *A cidade do pensamento único. Desmanchando consensos*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2000. p. 121 -192.

MARICATO, Ermínia. **Habitação e cidade**. São Paulo: Atual, 1997.

ROLNIK, Raquel. **O que é cidade**. Brasília: Brasiliense, 1997.

SALVADOR, CONDER. <http://www.conder.ba.gov.br> – acesso em 15.03.2007.

SAMPAIO, Antônio Heliodório Lima. **Formas Urbanas: cidade real \$ cidade ideal contribuição ao estudo urbanístico de Salvador**: Salvador: Quarteto Editora/ PPG/AU, Faculdade de Arquitetura da UFBA, 1999.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, (EDUSP), 2005, 5ª edição.

SEABRA, Odette Carvalho de Lima. **Territórios do Uso: cotidiano e modo de vida**. In: *Cidades: Revista científica/Grupo de Estudos Urbanos – Presidente Prudente: Grupo de Estudos Urbanos*, Vol. 1, n. 1, 1996.

SOUZA, Ângela Maria Gordilho. **Limites do habitar**. Segregação e exclusão na configuração urbana contemporânea de Salvador e perspectivas no final do século XX. Salvador: EDUFBA, 2000.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

VASCONCELOS, Pedro de A. **Salvador: Os agentes de seu desenvolvimento**. In: LAGE, Creuza S. et all (orgs). **Os Lugares do Mundo. A globalização dos lugares**. Salvador: UFBA. Departamento de Geografia, Mestrado em Geografia, 2000.

VILLAÇA, Flávio. **A crise do planejamento urbano**. São Paulo em perspectiva. São Paulo: Fundação Seade, vol. 9, n. 2, 1995.

MEIO MAGNÉTICO, CD-ROOM:

RISÉRIO, Antônio & FREIRE, Flora. **Retratos de um tempo: um olhar sobre a Cidade do Salvador**. 2006: DVD.